

# CÂMARA MUNICIPAL **DE FUNDÃO**

Processo Legislativo nº 414/2025

Página

Carimbo / Rubrica

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 106/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Fundão, Exmo. Sr. Eleazar Ferreira Lopes, que "Dispõe sobre a criação de gratificação para os servidores responsáveis pelo envio de remessas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - GRTERTC."

### I-RELATÓRIO

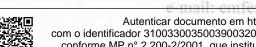
A proposição foi protocolada no dia 24 de outubro de 2025 e incluída na pauta da 35ª Sessão Ordinária, realizada em 03/11/2025, oportunidade em que o Plenário desta Casa de Leis entendeu pela admissibilidade do projeto, nos termos do parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Valdirene Ornela da Silva Barros.

O Presidente encaminhou os autos do Projeto de Lei para análise e parecer à nobre Comissão de Justiça e Redação e à Comissão de Finanças e Orçamento.

Realizada Reunião Extraordinária na presente data, o Presidente da Comissão de Justiça e Redação designou o Vereador Leonardo da Silva Rodrigues para a relatoria da matéria.

Na mesma oportunidade a proposição foi incluída na ordem do dia e o relator apresentou seu parecer.

Este é o relatório Este é o relatório.



Rua São José, 135 - Centro - Fundão/ES



# CÂMARA MUNICIPAL **DE FUNDÃO**

Processo Legislativo nº 414/2025

Página

Carimbo / Rubrica

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### II - PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei é uma iniciativa do Poder Executivo Municipal, a qual tem por objetivo dispor "sobre a criação de gratificação para os servidores responsáveis pelo envio de remessas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - GRTERTC."

O Poder Executivo Municipal justifica a proposição com a mensagem nº 057/2025, vejamos:

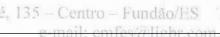
Temos a grata satisfação de encaminhar, EM REGIME DE URGÊNCIA, a essa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação de gratificação para os servidores responsáveis pelo envio de remessas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - GRTERTC."

A medida justifica-se pela relevância, complexidade e responsabilidade técnica inerentes às atividades desempenhadas por esses servidores, que envolvem a coleta, conferência, consolidação e transmissão de informações de pessoal, as quais subsidiam o controle e a fiscalização da gestão pública municipal.

O cumprimento das exigências do TCE-ES demanda conhecimento técnico especializado, atualização constante quanto à legislação vigente e rigoroso zelo pela exatidão dos dados encaminhados, sob pena de o Município sofrer advertências, multas. bloqueios de sistemas demais administrativas. Dessa forma, o servidor responsável pela remessa assume papel estratégico para a regularidade da gestão fiscal e a transparência dos atos administrativos.

A instituição da gratificação proposta não representa privilégio, mas sim reconhecimento do encargo adicional de responsabilidade técnica assumido pelo servidor, que ultrapassa as atribuições ordinárias do cargo. Além disso, a









# **CÂMARA MUNICIPAL** DE FUNDÃO

Processo Legislativo nº 414/2025

Página

Carimbo / Rubrica

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

medida contribui para estimular a eficiência, a precisão e a pontualidade no envio das informações exigidas pelos órgãos de controle.

Assim, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação por reconhecerem o evidente interesse público e a necessidade administrativa da medida ora proposta.

Atenciosamente.

O presente projeto não fere ao disposto no artigo no Art. 141 do Regimento Interno, bem como à Lei Orgânica deste Município, vejamos:

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 141. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

 I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autarquias, ou aumento de sua remuneração;

 II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou concede auxílios, prêmios ou subvenções.

Parágrafo Único. Não será admitida a proposição de emendas ou substitutivos que impliquem aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no art. 111, § 2º, da Lei Orgânica Municipal. (grifo meu)

### LEI ORGÂNICA

Art. 55. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o Município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

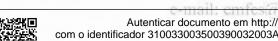
IV - vetar, nos termos desta lei, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VI - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, atendendo fins sociais e em casos de extrema necessidade;

VIII -permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;



Rua São José, 135 - Centro - Fundão/ES





# CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

Processo Legislativo nº 414/2025

Página

Carimbo / Rubrica

## COMISSÃO DE JUSTICA E REDAÇÃO

IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação dos servidores:

X - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XI - encaminhar à Câmara, até 31 de março a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo.

XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - prestar à Câmara, dentro de quinze dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido, e por prazo determinado, em face da complexidade ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados:

XV - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando às despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVI - prover os serviços e obras da administração pública;

XVII - colocar à disposição da Câmara, dentro de cinco dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez e até o dia vinte e oito de cada mês, os recursos correspondentes a suas dotações orcamentárias compreendendo os créditos suplementares e especiais;

(...) (destague meu)

Em análise meritória, verifico elementos suficientes para concordar com o autor da proposição.

Por todo o exposto, este Relator entende que a técnica legislativa está satisfatoriamente atendida, não possuindo qualquer vício, estando a proposição em perfeitas condições para tramitação regular, razão pela qual, se manifesta pela Constitucionalidade e Aprovação do Projeto de Lei nº 106/2025, e sugere aos seus doutos Membros à adoção do seguinte parecer:

Rua São José, 135 - Centro - Fundão/ES







# CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

Processo Legislativo nº 414/2025

Página

Carimbo / Rubrica

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### PARECER Nº 105/2025

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO é pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA, e quanto ao mérito é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 106/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Fundão, Exmo. Sr. Eleazar Ferreira Lopes, que "Dispõe sobre a criação de gratificação para os servidores responsáveis pelo envio de remessas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo -GRTERTC."

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, 07 de novembro de 2025.

Sônia Lusia Neves Rodrigues Steins

SECRETÁRIA

MEMBRO E RELATOR

Rua São José, 135 - Centro - Fundão/ES Tel.: (27) 3267-1339

